

**AMOR E VIOLÊNCIA NA INTIMIDADE:
DA ESSÊNCIA À CONSTRUÇÃO SOCIAL***
*TO LOVE VIOLENTLY: FROM ESSENTIALIST
APPROACHES TO LOVE AS A PERFORMANCE*

Ana Rita Conde Dias e Carla Machado
Universidade do Minho, Braga, Portugal

RESUMO

No presente artigo procede-se à descrição e análise das abordagens teóricas sobre o amor nas Ciências Sociais, principalmente na Psicologia. O objetivo é proporcionar uma compreensão geral acerca de como o fenómeno tem sido conceptualizado e analisar como o amor e a violência têm sido articulados. Assinalando os principais contributos e limitações de cada abordagem, defende-se que o amor é um fenómeno sócio culturalmente construído e sugere-se a necessidade de adotar uma perspetiva construcionista para compreender como a violência e o amor se relacionam, no sentido de desconstruir discursos que possam contribuir para práticas relacionais violentas.

Palavras-chave: amor; violência; construcionismo social; cultura.

ABSTRACT

In this article we intend to describe and analyze theoretical approaches on love formulated by Social Sciences, namely Psychology. Our goal is to present a general understanding about how the phenomenon has been conceptualized and analyzing how love and violence have been articulated. Considering the main contributions and limitations of each theory, we sustain that love is a culturally constructed phenomenon and that the adoption of a constructionist approach is needed to understand how violence and love are related and to deconstruct discourses that may contribute to violent behaviors.

Keywords: love; violence; social constructionism; culture.

Introdução

Os estudos sobre o amor no campo da Psicologia começaram a emergir apenas na década de 70 tendo este tema sido, até então, delegado a outras áreas (artes, filosofia) por se considerar que não poderia ser objeto de análise científica (cf. Weis, 2006). No entanto, sobretudo nas últimas duas décadas, começaram a desenvolver-se instrumentos para avaliar o fenómeno amoroso e, à medida que o tema foi tendo maior aceitação pela comunidade científica, a investigação e as teorias proliferaram. Ainda assim, o amor e a violência na intimidade têm sido maioritariamente analisados pela investigação como objetos de estudo separados. No entanto, o desenvolvimento recente dos estudos culturais e feministas (Hatfield & Rapson, 2005), inspirados pelo construcionismo social, conduziu ao reconhecimento da sua interligação.

Do fatalismo inato à formação social do amor: teorias biológicas/evolucionistas e desenvolvimentais vs. teorias estruturalistas

Na conceptualização teórica do amor há uma questão alvo de controvérsia - o que é que neste fenómeno é biológico e universal e o que é que nele é socialmente construído? Esta questão reflete os diferentes paradigmas científicos: por um lado os paradigmas positivista e pós-positivista (que continua a assumir uma realidade externa e objetiva mas assume que esta apenas pode ser apreendida de forma imperfeita e probabilística), que postulam a existência de uma realidade independente do sujeito, regulada por leis naturais que podem ser descobertas pela ciência através do experimentalismo (Burr, 1995; Gergen, 1999); por outro, as teorias críticas e o construcionismo social, que questionam a noção de "realidade", postulando que esta não existe independen-

temente das práticas mediante as quais a objetivamos, privilegiando uma metodologia de investigação hermenêutica e dialética (Burr, 1995; Gergen, 1999).

O positivismo assume em termos ontológicos uma realidade externa e objetiva (realismo ingênuo) e em termos epistemológicos parte do pressuposto objetivista e dualista de que é possível determinar como as coisas realmente são ou funcionam, usando a metodologia experimental para verificar hipóteses previamente formuladas. O pós-positivismo, em termos ontológicos, continua a assumir uma realidade objetiva, mas postula que esta apenas pode ser apreendida de forma probabilística e imperfeita (realismo crítico) e, em termos epistemológicos, defende que é possível uma aproximação à realidade, embora não seja possível o conhecimento completo. Privilegia a metodologia experimental modificada, almejando produzir conhecimento através da falsificação das hipóteses. Desta forma, no positivismo e pós-positivismo, a investigação procura a explicação dos fenómenos, de forma a permitir a sua previsão e o controlo, tomando a validade interna, a validade externa (generalização), a fiabilidade (estabilidade) e a objetividade (observador distante e neutro) (Guba & Lincoln, 1989) como critérios de relevância dos estudos.

Partindo destes pressupostos ontológicos e epistemológicos, as teorias sobre o amor que se inscrevem nos paradigmas positivistas e pós-positivistas são abordagens de carácter essencialista, na medida em que postulam a existência de um conjunto de traços, pulsões ou mecanismos (de natureza física e/ou psicológica) (Raskin & Neimeyer, 2007) que determinam e regulam a experiência do amor e as relações de intimidade. Neste contexto incluímos as teorias estritamente biológicas/evolucionistas (Weis, 2006), as desenvolvimentais, como as teorias do apego (Allison, Bartholomew, Mayseless, & Dutton, 2008), e as perspectivas estruturalistas/funcionalistas, que analisam o amor como produto das estruturas sociais (Torres, 2001).

Teorias biológicas/evolucionistas e desenvolvimentais

As teorias biológicas e evolucionistas consideram que a intimidade, a atração interpessoal e o amor são fenómenos naturais, instintivos e biologicamente motivados, sustentados por mecanismos hormonais, neuronais e fisiológicos (Weis, 2006). Defendem que o amor resulta de um conjunto complexo de adaptações (cognitivas, comportamentais e emocionais) chamadas a resolver problemas específicos relacionados com a sobrevivência, reprodução (Buss, 2006) e interesses genéticos da espécie (Kenrick, 2006).

Assim, Kenrick (2006) defende que o amor resulta de um conjunto de enviesamentos cognitivos que orien-

tam a atenção, memória e tomada de decisão, atuando no sentido de adotar comportamentos que facilitem a reprodução e sirvam os interesses genéticos. A questão da violência não é diretamente abordada mas, no contexto desta teoria, poderíamos avançar a possibilidade de entender a violência como um comportamento “adaptativo” levado ao extremo, resultante de um conjunto de enviesamentos cognitivos para conseguir e/ou manter a relação.

Uma outra abordagem que enfatiza a funcionalidade, neste caso reprodutiva, do amor é a de Buss (2006), que defende que o amor é um mecanismo adaptativo para conseguir compromisso. Neste contexto, postula o ciúme como estratégia evolutiva para salvaguardar a relação de “intrusos”, já que tanto os homens como as mulheres interpretam tipicamente o ciúme como prova de amor e a sua ausência como a falta dele. Assim, o ciúme e a ameaça de rutura dos vínculos afetivos podem levar a comportamentos de assédio e controlo ou até ao homicídio, principalmente no caso dos homens, cujo design psicológico possui, segundo este autor, características que os motivam mais para manter a mulher que amam, levando-os a adotar comportamentos extremos. Buss (2006) conceptualiza a violência amorosa como um mecanismo com origens “adaptativas”, ao mesmo tempo que naturaliza as diferenças de género que sustentam a violência e a assimetria nas relações: nomeadamente, a maior propensão do homem para fazer uso da agressão quando é rejeitado ou não correspondido e a restrição da sexualidade feminina a uma relação de amor e de longo prazo.

Mais complexa e aberta a contributos de outros saberes é a abordagem da teoria do apego, que enfatiza a dimensão desenvolvimental do fenómeno (Bookwala, 2002). Desenvolvida por Bowlby (1973), esta teoria postula que o comportamento de apego da criança é regulado por um sistema motivacional inato com a finalidade evolutiva de promover a sobrevivência através da manutenção da proximidade entre a criança e a figura de apego, particularmente em situações de ameaça ou perigo. As expectativas que se desenvolvem na infância acerca da segurança, transmitidas pelas figuras de apego primárias, são internalizadas como modelos de funcionamento que motivam o desenvolvimento de relações de proximidade e guiam as interações subsequentes com os outros, de uma forma particularmente evidente nas relações românticas adultas (e.g., Allison et al., 2008; Bookwala, 2002).

Esta teoria e os modelos que nela assentam postulam a associação entre os estilos de apego e as dinâmicas relacionais entre os parceiros, conceptualizando a violência como uma forma disfuncional do comportamento de protesto (principalmente nos estilos de apego com elevados níveis de ansiedade), com o objetivo de manter

a proximidade com a figura de apego (Allison et al., 2008). No contexto das relações adultas de intimidade, a violência seria um meio através do qual os indivíduos tentam coagir o parceiro menos disponível a ficar mais próximo e acessível (Bookwala, 2002).

Partindo desta base teórica, Allison e colaboradores (2008), num estudo desenvolvido com casais com história de violência, indicam que esta pode ser utilizada quer para aumentar quer para diminuir a proximidade física e emocional, numa tentativa de alcançar/regular um nível ótimo de proximidade. Os autores associam a violência aos estilos de apego mais ansiosos e concluem ainda que as combinações dos perfis de apego dos parceiros podem levar a incompatibilidades, podendo a violência ocorrer quando comportamentos de apego funcionais (mas que não combinam entre si ou vão em sentidos opostos) falham em conseguir alcançar os níveis de proximidade desejados.

Numa análise crítica das teorias biológicas/evolucionistas e desenvolvimentais, verificamos que estas equacionam o amor e a violência de forma essencialmente intraindividual, considerando que a violência tem como função a prossecução dos objetivos a que as necessidades biológicas ou psicológicas impelem, sendo uma estratégia “extrema”, produto da maior ativação ou pré-disposição do agressor para “amar” mais intensamente.

Estas teorias naturalizam as diferenças no modo como homens e mulheres vivenciam o amor, recorrendo a estas diferenças para afirmar que existe uma programação biológica da mulher para procurar relações a longo prazo e recusar sexo casual, uma maior afetividade da mulher e maior atividade do homem, e uma maior predisposição do homem para adotar comportamentos abusivos quando sente a relação ameaçada (e.g., Buss, 2006).

Por outro lado, estas abordagens defendem o carácter universal e inato do amor, considerando que este resulta de uma evolução adaptativa para resolver os problemas da reprodução. Este argumento apresenta algumas limitações, ignorando as variações na experiência do amor, como sejam as relações amorosas homossexuais, aquelas em que existe uma diferença “reprodutiva” entre os parceiros (diferentes idades, diferentes capacidades “reprodutivas”) e a própria experiência do amor quando os “mecanismos biológicos” já cumpriram, ultrapassaram o *timing* ou simplesmente não vão ao encontro da sua função (por exemplo, o amor na terceira idade, o recurso a métodos contraceptivos). Estas abordagens assumem sempre que o amor tem por objetivo estabelecer relações duradoiras, com compromisso e exclusividade, não nos permitindo, assim, explicar fenómenos como sejam a poliamória.

Por outro lado, ao enfatizarem a consistência entre os vários tipos de relações (e.g., desde a estabelecida

com as figuras de apego até, posteriormente, às várias relações de amor que os indivíduos podem estabelecer na idade adulta), estes modelos – ainda que desenvolvimentais e abertos à noção de mudança – falham em compreender o papel único, significados subjetivos e dinâmicas relacionais específicas a cada experiência amorosa. Embora estes modelos sustentem a variabilidade do fenómeno nas várias relações que um indivíduo possa estabelecer, esta variabilidade é usualmente explicada apenas pela combinação ou interação dos estilos de apego dos parceiros, negligenciando-se a possibilidade de mudança individual.

Finalmente, apesar da multiplicidade de estudos desenvolvidos sob estas perspetivas, os resultados não têm sido consistentes, havendo diferenças culturais e individuais nos resultados obtidos. Face a esta inconsistência, estas teorias reconhecem a existência de diferenças culturais na vivência do amor e conceptualizam-nas como adaptações a variações ecológicas físicas e/ou sociais. Neste contexto, acabam por reconhecer a “complexidade” do fenómeno e a dificuldade em identificar as características mais determinantes para compreender o como e o porquê de tais diferenças (e.g. Kenrick, 2006).

Perspetivas estruturalistas

As abordagens estruturalistas analisam o amor como sendo um componente da ação social, devendo ser entendido no âmbito das estruturas e sistemas sociais que organizam a sociedade e os indivíduos (Goode, 1959, citado por Torres, 2001). Estas abordagens predominam principalmente no campo da sociologia, afirmando que a afetividade constitui uma das dimensões das relações sociais e que o amor pode ser analisado como expressão destas (Torres, 2001). Assim, os trabalhos sociológicos sobre o amor, as emoções e a sua relação com o género, o casamento e condições socioeconómicas e históricas (Munk, 2004; Torres, 2001) começaram a proliferar em finais da década de 80 (Jackson, 1993), enfatizando-se o papel dos processos e estruturas sociais na formação e expressão das emoções e do amor (Jackson, 1993; Torres, 2001).

Goode (1959, citado por Torres, 2001), um dos primeiros sociólogos que se debruçou sobre o tema, considera que a experiência e a intensidade do amor se relacionam com a estrutura social, sendo constrangidas pela posição em que cada sociedade se situa no continuum entre os dois polos: amor como disruptivo (trágico e/ou ridículo) vs. amor como ideal (base para o casamento). Assim, o autor considera que o amor é regulado por padrões socio-estruturais (desde os casamentos arranjados pelos pais até ao controlo social indireto na sociedade ocidental atual) que visam manter os sistemas e estruturas sociais vigentes.

Num plano mais individual, Torres (2001) fala da articulação entre a escolha livre do parceiro (em que os sentimentos e a atração são fatores decisivos) e a escolha do “socialmente próximo”, procurando-se compatibilizar os sentimentos com as expectativas sociais (dos pares, familiares ou outros significativos). Desta forma, procura-se integrar as escolhas amorosas individuais na estrutura social alargada, regulando-se os aspetos potencialmente perturbadores do amor de forma a respeitar a ordem social. Os trabalhos que se inscrevem nesta perspectiva relacionam a posição que os indivíduos ocupam no campo social com as suas escolhas, sentimentos e desejos amorosos (Munk, 2004), defendendo que as mudanças e transformações estruturais no campo amoroso dependem de mudanças nas relações de poder entre os diferentes grupos sociais (e.g., género, classe social, estatuto).

Estas abordagens enfatizam principalmente os aspetos associados ao género, conceptualizado como um sistema de estratificação que coloca a mulher e o homem em posições, papéis e categorias diferentes, o que acarreta a sua diferenciação na forma como percebem e experienciam o amor. A forma como o amor e a violência são equacionados nestas abordagens centra-se quase exclusivamente na análise das diferenças de posicionamento dos indivíduos dentro da estrutura social, nomeadamente ao nível das diferenças de género e relações de poder (e.g. Anderson, 2005). Por exemplo, Chung (2005) refere que o amor romântico é uma instituição heterossexual, que reforça e mantém o sistema social patriarcal, permitindo que as mulheres não interpretem o comportamento violento dos parceiros como expressão de poder e controlo, mas como sinónimo de amor e intimidade.

Em síntese, ao conceptualizar o amor como uma forma de proceder à estruturação social, a perspectiva estruturalista pode ser útil para entender a forma como os sujeitos de diferentes categorias sociais (e.g., género, classe social, etnia) se deparam com diferentes padrões normativos e constrangimentos à vivência do amor e, conseqüentemente, face à violência nessas relações. No entanto, no nosso entender, esta perspectiva reduz o amor e a violência às condições socio-estruturais existentes e, embora procurem explorar alguns dos significados culturais associados a estes temas (como o compromisso, a pertença, os ciúmes ou a fidelidade), reduzem a sua análise à estrutura social patriarcal, negligenciando a forma como o próprio sujeito se posiciona e constrói sentido para estas vivências. Por outro lado, estas abordagens supõem, implicitamente, uma conceção romântica, heterossexual e conjugal do amor, obscurecendo experiências amorosas alternativas que não reproduzem, necessariamente, esta ordem social dominante.

Da reificação à construção cultural: abordagens taxonómicas vs. perspetivas críticas e construcionistas culturais

Neste tópico apresentamos as abordagens que introduzem uma conceptualização mais cultural do amor mas que diferem claramente na forma como a equacionam. Incluímos neste ponto as teorias taxonómicas – que procuram identificar tipologias de amor universais, considerando a influência da cultura na forma de expressão de cada tipo amoroso – e as perspetivas críticas e construcionistas – que analisam o amor como intimamente dependente das práticas e discursos socioculturais, equacionando a dimensão cultural, não como mera influência, mas como constitutiva e indissociável do fenómeno.

Abordagens taxonómicas

As abordagens taxonómicas tentam categorizar as várias vivências, sentimentos e manifestações comportamentais associadas ao amor em diferentes estilos/tipos amorosos (Weis, 2006). Os estudos no âmbito destas teorias recorrem a metodologias quantitativas, utilizando questionários ou escalas, para quantificar o fenómeno em termos de atitudes, crenças, cognições, comportamentos (c.f. Hendrick & Hendrick, 2006; Sternberg, 2006), partindo da assunção de que os diferentes estilos de amor se situam no espaço cognitivo do sujeito.

Por exemplo, Hendrick e Hendrick (2006) seguem a tipologia de Lee (1973) - *eros* ou amor apaixonado, *ludus* ou jogo/amor descomprometido, *storge* ou amor amizade, *pragma* ou amor calculado, *ágape* ou amor altruísta e *mania* ou amor obsessivo – e referem que cada estilo resulta da combinação de atitudes e crenças, sendo possível estabelecer o estilo característico de cada pessoa. Relacionam ainda os estilos com alguns traços de personalidade, bem como com diferenças de género (e.g. a maior tendência dos homens para se envolverem no jogo e no amor descomprometido; e a preferência das mulheres pelo amor amizade ou amor calculado), referindo que os estilos modelam a experiência de amar.

Por seu turno, Berscheid (2006) chama a atenção para os múltiplos significados que o amor pode assumir, referindo que é o contexto no qual a palavra amor é usada que estabelece o seu significado. Face à variabilidade contextual, a autora propõe que se estabeleçam tipologias tendo em conta a sua diferenciação comportamental (cada tipo estará associado a comportamentos diferentes) e causal (cada tipo tem diferentes causas), postulando quatro tipos de amor: amor apego, amor compaixão, amor companheiro/gostar e amor romântico. Refere que estes partilham

uma causa histórica ancestral - a biologia e o processo evolutivo – e que todo o ser humano possui capacidade inata de os experienciar.

Outros autores (e.g. Fehr, 2006) têm-se debruçado sobre as concepções que os sujeitos possuem acerca do amor. Nesta linha de investigação, Fehr (2006) postula o conceito de “amor protótipo” (referindo-se à forma como as pessoas pensam tipicamente sobre o amor), indicando que este pode diferir consoante o contexto cultural. Assim, chama a atenção para a necessidade de fazer análises interculturais e identificar aspetos que possam ser universais, bem como especificidades culturais nas concepções de amor. Dos seus estudos conclui que o amor companheiro e o amor apaixonado são os mais referenciados, mas que as características associadas ao amor companheiro são consideradas mais prototípicas do amor, em detrimento das que correspondem ao amor apaixonado, vistas como menos prototípicas. Mais uma vez, os estudos neste âmbito identificam diferenças de género, indicando que as mulheres apresentam uma concepção do amor mais próxima do amor companheiro, enquanto os homens sustentam um conceito mais passional (Fehr, 2006).

Por seu turno, Sternberg (2006) introduziu novos elementos na conceptualização do amor, reconhecendo a sua dimensão de construção e desenvolvimento. Começou por propor uma teoria triangular, na qual sugere que o amor inclui três componentes (intimidade, compromisso e paixão) que dão lugar, em função da sua existência numa relação específica, a oito tipos de amor diferentes (cf. Sternberg, 2006). Sternberg (1998) reconheceu, por outro lado, o papel das narrativas culturais a que os sujeitos estão expostos, defendendo que, como resultado da exposição a várias histórias que veiculam múltiplas concepções de amor, os indivíduos vão formando ao longo do tempo as suas próprias histórias acerca do que é ou como deve ser o amor. O autor salienta ainda a especificidade e os “constrangimentos” culturais veiculados através dessas histórias, afirmando que “as histórias que contamos são protótipos únicos – adequadas a um determinado tempo e local. As histórias enquadram-se numa matriz cultural. A cultura aprova certas histórias e desaprova outras” (Sternberg, 1998, p. 42). Assim, o autor propõe aquilo que designa como “a dupla teoria do amor” (*The duplex theory of love*), que engloba as duas componentes: a estrutura (subteoria triangular) e o desenvolvimento (subteoria do amor como história), afirmando que a estrutura/tipo que o amor assume num dado momento deriva de histórias culturalmente construídas e diferentemente assimiladas ao longo da vida do sujeito (Sternberg, 2006). Essas histórias traduzem-se nas práticas relacionais, na medida em que os sujeitos procuram corroborar as histórias em que acreditam.

Nas abordagens taxionómicas que até aqui descrevemos, a violência e o amor não são equacionados diretamente. Trata-se de modelos centrados na conceptualização e categorização do fenómeno, apenas referindo globalmente as implicações que alguns tipos de amor (Hendrick & Hendrick, 2006) ou de protótipos (Fehr, 2006) poderão ter nas relações, nomeadamente ao nível da sua rutura/manutenção e satisfação.

Pela descrição dos vários tipos de amor, podemos ainda deduzir que alguns tipos de amor podem conduzir a vivências relacionais menos funcionais. Tal é o caso do amor maniaco, descrito como “sintomático” pela sua intensidade e labilidade emocional (entre o êxtase e o desespero) (Hendrick & Hendrick, 2006). Também Sternberg (1998, 2006) refere que a combinação dos triângulos de ambos os parceiros e que a compatibilidade das suas histórias determinam em parte o sucesso das relações, abordando, ainda que não de forma central, a questão da violência. De entre o conjunto de histórias que identificou, o autor descreve algumas que podem remeter para esta questão, tais como: a história “horror”, na qual a relação se torna mais aliciante quando se aterroriza ou se é aterrorizado pelo parceiro; a “adição”, caracterizada por um estilo de apego inseguro/ansioso, comportamentos de súplica e medo de perder o outro; e a “guerra”, em que o amor é percebido como envolvendo uma série de batalhas, sendo uma luta devastadora e contínua.

Este conjunto de teorias introduz uma abordagem mais dinâmica e interativa, ao reconhecer que a forma como o amor é compreendido e vivido é produto simultâneo das experiências dos indivíduos e da matriz sociocultural onde se inserem. Outro contributo importante provém do facto de não limitar o fenómeno a interesses biológicos nem reduzir a sua análise à estrutura social, chamando a atenção para a variedade de formas, comportamentos, concepções e significados que pode assumir. Este conjunto de teorias revela, pois, a natureza multifacetada e complexa do amor, transmitindo uma perspetiva policromática do fenómeno.

Sternberg é um dos autores que mais se destaca neste sentido, ao integrar na sua teoria triangular as componentes motivacional (paixão), emocional (intimidade) e cognitiva (compromisso), postulando que a sua combinação possibilita o estabelecimento de vários tipos de amor. Mesmo dentro de cada tipologia, não considera a existência de perfis estanques, referindo que não há casos puros, havendo diferenças em termos de “quantidade” em cada uma das componentes (Sternberg, 2006). Ainda assim, consideramos que o seu maior contributo provém da subteoria “o amor como história” (Sternberg, 1998), onde procede a uma leitura mais narrativa e cultural do fenómeno. Consideramos que esta teoria, ainda que neste artigo tivéssemos optado

por a enquadrar dentro das abordagens taxonômicas, se encontra numa posição de transição: partilha alguns pressupostos do paradigma pós-positivista (recurso a questionários com escalas tipo *likert* para aceder às histórias, procura de validação quantitativa) mas tem subjacente uma leitura construcionista social do amor, já que não o concebe como um produto, mas antes como uma construção contínua, em que as concepções dos indivíduos sobre o amor se vão transformando em função das experiências pessoais, sociais, culturais e históricas.

Neste sentido, a proposta de Sternberg permite ultrapassar algumas das limitações que, a nosso ver, as teorias taxonômicas encerram, nomeadamente a visão ainda essencialista do amor contida na maioria destas propostas. Globalmente consideradas, ainda que postulem que o amor é produto da interação contínua entre o indivíduo, as suas experiências e a matriz sociocultural, estas teorias situam os tipos de amor na esfera interna do sujeito (representações cognitivas, atitudes, crenças), concebendo estes tipos como dimensões estruturais que balizam as experiências de amor. Em síntese, embora abram caminho para o reconhecimento da variabilidade das concepções e vivências do amor – produto do indivíduo, experiência e contexto sociocultural – o seu processo construtivo não é analisado. Além disto, a preocupação em encontrar alguma coerência e estrutura ao nível do espaço interno do sujeito, através da identificação de tipos, minimiza a possibilidade de coexistência e/ou alternância entre várias construções antagónicas ou divergentes do amor.

Abordagens críticas e construcionistas sociais

As concepções essencialistas do amor que temos estado a rever refletem a adesão das ciências sociais aos paradigmas positivista e pós-positivista, procurando descobrir os mecanismos ou padrões de funcionamento do amor, medi-lo e chegar a um conhecimento o mais verdadeiro e generalizável possível. Por contraponto, o pensamento pós-moderno é desconstrutivo face à crença na verdade, objetividade e imparcialidade do conhecimento científico. Rejeita o conceito de descoberta ou desocultação da verdade através da investigação, assim como a noção de que os fenómenos sociais podem ser compreendidos e explicados em termos de grandes teorias ou meta-narrativas (Lyotard, 1989), antes defendido que todo o conhecimento é construído, portanto parcial, imperfeito e mutável. Partindo destas premissas, surgem perspectivas alternativas às concepções essencialistas do amor, designadamente através das propostas construcionistas sociais (Burr, 1995) e oriundas da teoria crítica (Foucault, 1980, citado por Towns & Adams, 2000; Jackson, 1993).

Sob a influência de algumas correntes de pensamento marcantes, nomeadamente o interacionismo simbólico - que defende que a construção da identidade e dos fenómenos resulta do encontro dos indivíduos em interação social -, as abordagens construcionistas procuram entender os processos pelas quais os sujeitos constroem a vida social e fazem sentido dela (logo, constroem o amor e fazem sentido dele) (Gergen, 1999). Procedendo a uma leitura do amor sob esta perspetiva, este passa a ser conceptualizado como uma construção social (Towns & Adams, 2000; Wood, 2001), um sistema de significados que se constrói e organiza continuamente através das interações e que tem repercussões nas práticas sociais (logo, nas relações de intimidade) (Wood, 2001).

Por exemplo, vários estudos revelam a existência de diferentes discursos sobre o amor que influenciam a forma como as relações de intimidade são experienciadas (Borochowitz, 2008; Borochowitz & Eisikovits, 2002; Wood, 2001). Especificamente, vários autores salientam a forma como os significados associados ao ciúme, à fidelidade (Vandello & Cohen, 2003), à feminilidade e à masculinidade (e.g. Perilla, 1999) sustentam relações abusivas, influenciando o modo como os sujeitos percebem a violência e legitimando a sua associação ao amor (Borochowitz, 2008; Perilla, 1999; Towns & Adams, 2000).

Assim, na leitura construcionista social, o amor é conceptualizado como sendo socialmente construído através das práticas e discursos dos sujeitos em interação (Towns & Adams, 2000), logo, diferindo em função do contexto social, cultural e histórico. Vários estudos comparativos entre diferentes culturas têm corroborado esta premissa (Hatfield & Rapson, 2005) e indicam que o amor difere culturalmente na forma e intensidade com que é experienciado (Schmitt, 2006). A cultura influencia por quem, quando e como nos apaixonamos (Hatfield & Rapson, 2005), não só pelos constrangimentos que as regras e expectativas a este nível impõem, mas também, acrescentamos nós, pelo seu efeito paradoxal - o desejo da quebra da norma, da transgressão.

Lieberman e Hatfield (2006), por exemplo, referem que o amor apaixonado parece ser culturalmente universal mas que os valores culturais influenciam o significado exato que é atribuído ao termo amor. O conceito de amor romântico, por exemplo, adequa-se à cultura individualista americana, mas menos à cultura coletivista chinesa, onde é esperado que as pessoas considerem não apenas os seus próprios sentimentos mas também as suas obrigações para com os outros. Numa análise da investigação intercultural desenvolvida sobre o fenómeno do amor e do “apaixonar-se”, Hatfield e Rapson (2005) concluíram

que, embora existam características comuns a diferentes culturas no que diz respeito à forma como percebem o amor romântico e o amor apaixonado (o que, no nosso entender, pode resultar – entre outras explicações - da globalização e trocas interculturais), a cultura regula a forma como os sujeitos se conhecem, por quem e como se apaixonam, a intensidade emocional com que experienciam o amor, a forma como conceptualizam o amor, bem como os comportamentos e práticas relacionais através dos quais expressam o amor.

Assim, os estudos e análises culturais vêm sustentar a leitura construcionista do amor, evidenciando que esta experiência corresponde a uma narrativa descrita e vivida de uma forma que é constrangida (potenciada e ao mesmo tempo limitada) pelos padrões culturais vigentes num dado tempo/espaço (Townes & Adams, 2002). Cabe agora discutir a forma como, a partir desta abordagem, tem sido conceptualizada a relação entre amor e violência.

Amor e violência na leitura construcionista social: os estudos culturais e narrativos

Como referimos no início deste texto, o amor e a violência na intimidade têm sido maioritariamente abordados - à exceção dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da teoria do apego (e.g., Allison et al., 2008) - como fenómenos distintos ou reduzidos a uma mera associação contingente. Usualmente a violência surge como contingência/consequência associada a determinadas características, processos ou dinâmicas subjacentes ao fenómeno do amor (e.g., Riggs & O'Leary, 1989) ou, quando muito, o amor surge como mais uma variável que pode ter influência na violência (e.g., Black, Tolaman, Callahan, Saunders, & Weisz, 2008). Por exemplo, o amor tem sido referido como um fator de risco para o *stalking* (Spitzberg & Cupach, 2007) e para a violência no namoro, embora com resultados empíricos inconsistentes no que se refere a este último domínio (Riggs & O'Leary, 1989). Por outro lado, o amor tem também sido analisado como fator explicativo das reações das vítimas após a ocorrência de violência, nomeadamente a sua manutenção na relação ou não denúncia do problema (Black et al., 2008).

Numa leitura construcionista, são os estudos culturais – que analisam os discursos e práticas sobre o amor em contextos culturais/étnicos específicos - e as abordagens narrativas – sobretudo estudos qualitativos com vítimas ou agressores, centrados nas suas vivências e no significado que lhes atribuem - que mais têm procurado analisar a relação específica entre a violência e a forma como cada sociedade nos diz o que “é” ou “deve ser” o amor.

No âmbito dos estudos culturais, destacamos Hatfield e Rapson (2005) que procederam a uma revisão dos estudos que analisam o amor e as suas expressões mais intensas e/ou violentas (ciúme, rejeição, amor não correspondido) em várias culturas, concluindo que é a cultura - e não os genes - que determina o que é ou não perturbador numa relação e o que desencadeia reações negativas mais intensas, veiculando e modelando a adoção de práticas relacionais abusivas ou violentas.

Por outro lado, apesar dos contributos dos estudos culturais, são sobretudo as abordagens narrativas (nesta área, maioritariamente de enfoque feminista) que têm explorado a dimensão construída e cultural da articulação do amor e da violência, através de um conjunto de estudos que sugerem que as representações acerca do amor e das relações amorosas podem influenciar a perpetração da violência e constituir um factor que mantém as vítimas nas relações abusivas (Townes & Adams, 2000).

Wood (2001), num estudo com mulheres vítimas, identifica duas narrativas românticas: (i) o conto de fadas em que o príncipe encantado corteja a princesa e faz dela o centro do seu mundo; esta narrativa pode sustentar crenças que legitimam a violência, tais como a ideia de que o bom supera o mau na relação, que as mulheres podem controlar ou parar a violência se mudarem o seu comportamento de forma a aproximarem-se do estereótipo da mulher ideal, e ainda que os seus parceiros não são realmente eles próprios quando são violentos; e (ii) o romance negro, que retrata o homem como naturalmente controlador e por vezes violento e descreve as relações como tipicamente ou necessariamente dolorosas para a mulher, naturalizando o seu sofrimento. Estas histórias prototípicas prescrevem *scripts* genderizados que sustentam a violência do homem e a tolerância/passividade da mulher, contribuindo para que as mulheres achem as relações violentas como toleráveis ou preferíveis a não ter qualquer relação. Num estudo análogo, Townes e Adams (2000) identificaram construções culturalmente enraizadas do “amor perfeito” (por exemplo, o amor como forma de alcançar a felicidade, o poder do amor da mulher transformar o marido violento) que contribuem significativamente para manter e silenciar as mulheres em situações abusivas.

Analisando especificamente os pares amorosos, Borochowitz e Eisikovits (2002) concluem que existe frequentemente uma narrativa marital conjunta, que permite ao casal dar um enquadramento emocional positivo à violência: (i) a violência é vista como uma expressão de amor, inadequada mas sem intenção negativa, e que tenderá a desaparecer com a maturação do parceiro e sua compreensão dos danos causados ou (ii) o casal procede a uma completa separação entre o seu amor e violência ocorrida, preservando uma narrativa marital

de tonalidade positiva, e menosprezando e minimizando os episódios violentos.

Por seu turno, Borochowitz (2008) procurou analisar os discursos dos agressores, identificando duas estratégias narrativas utilizadas por estes: (i) a construção da “narrativa do casal”, que descreve uma relação marital idealizada e de fusão, sem “espaço” para a história da mulher e (ii) a construção da história em torno do tema “ela não é a mesma mulher com quem casei”, que a retrata como “rebelde/indomável”, sendo a violência uma tentativa de a disciplinar. Assim, conclui que lado a lado com a idealização, admiração, dependência e amor pela mulher, surgem também emoções negativas intensas, como a raiva e sentimentos de traição, que desencadeiam tentativas de anular a individualidade daquela e de a forçar a regressar aos moldes prescritos.

Contributos, limitações e desafios às abordagens construcionistas sociais

Da análise dos vários estudos, consideramos que a relação entre o amor e a violência na intimidade não pode ser equacionada sem ter em conta o seu enquadramento sociocultural. A violência persiste e é reforçada quando é legitimada por discursos socioculturais que dão forma aos comportamentos individuais e modelam as interpretações que os indivíduos fazem do seu próprio comportamento e do dos outros (Townes & Adams, 2000; Wood, 2001). Nesta lógica, os estudos culturais e narrativos vêm mostrar como os discursos sobre o amor que estão disponíveis num dado momento e num determinado contexto cultural constroem as opções a que os indivíduos têm acesso para fazer sentido da violência e das relações. A cultura fornece repertórios de compreensão, motivos e significados sobre o amor, aos quais os indivíduos recorrem para atribuir sentido à sua experiência “pessoal” do amor e da violência.

As abordagens narrativas de pendor feminista destacam-se nesta análise, explorando as funções e implicações que a adoção de determinadas construções do amor tem nas práticas relacionais e examinando criticamente as expectativas, crenças ou concepções do amor que podem sustentar e legitimar relações de intimidade violentas (e.g., Borochowitz & Eisikovits, 2002; Townes & Adams, 2000; Wood, 2001).

Apesar destes méritos, é nosso entendimento que estas abordagens apresentam algum reducionismo analítico, ao utilizarem o feminismo como grelha de leitura teórica quase exclusiva. Na verdade, embora identifiquem múltiplas e contraditórias formas de construção do amor, acabam por enfatizar sempre os efeitos perversos do discurso genderizado tradicional (na maioria dos casos sem descreverem o que é afinal

este discurso e as suas possíveis variações), lendo as relações unicamente sob a perspectiva da mulher (que é – de uma forma teoricamente bastante inconsistente – tida como representando “a verdade” sobre a relação) e posicionando a mulher como vítima, quer do seu parceiro, quer da sociedade em geral (esquecendo a sua capacidade de agência, resiliência e autossuperação).

Embora esta descrição represente, certamente, uma das faces do problema, o desafio é, a nosso ver, reconhecer a variabilidade do fenómeno da violência (e.g., violência mútua, agressão feminina, vitimação masculina) e perceber a sua relação com a multiplicidade também existente de discursos sobre o amor, frequentemente ambíguos e coexistentes dentro do mesmo contexto sociocultural e histórico. Para tal, há que atender à existência de identidades divergentes – identidades estas socioculturalmente construídas, que constroem os atores/co-construtores sociais (incluindo vítimas e agressores) - sem impor leituras apriorísticas. Os media (apesar da sua ênfase na convencionalidade) são um bom exemplo da diversidade emergente de modelos relacionais alternativos, nos quais as construções de género se modificam e oferecem novas possibilidades identitárias e relacionais (Wang & Ho, 2007). Apenas através da atenção a esta multiplicidade de construções sobre o amor e as relações podemos alcançar o objetivo último da investigação, numa perspectiva construcionista social: “consciencializar” a sociedade em geral do seu papel na sustentação e legitimação de relações abusivas, chamando a atenção para a necessidade de analisar criticamente os discursos de amor e violência que veicula, proporcionando construções desafiantes e alternativas às de “amar violentamente”. Tal não significa, contudo, aceitar que os sujeitos são recetores passivos das mensagens socioculturais; numa perspectiva construcionista, estes socialmente construídos mas também construtores ativos das práticas e discursos sociais (são simultaneamente produto e produtores). Assim, a mudança e transformação social/relacional da intimidade são da responsabilidade de todos.

Considerações finais

A concepção do amor no âmbito do construcionismo social difere drasticamente da que é alimentada pelas perspectivas tradicionais. A nosso ver, esta leitura diferencia-se das anteriores por três razões essenciais: (i) a perspectiva antiessencialista do amor, (ii) o foco nas interações e práticas sociais para a compreensão do fenómeno e, logo, a consciência da sua especificidade histórica e cultural, (iii) a capacidade crítica e o poder de transformação.

(i) Perspetiva antiessencialista - Ao postular que o mundo e o ser humano são produtos de processos

sociais, o construcionismo social não aceita a existência de uma natureza determinada do mundo, dos fenômenos e do ser humano, assumindo uma visão antiessencialista. Assim, entende-se que a experiência do amor resulta dos processos sociais, não existindo de forma pré-determinada nos indivíduos nem como essência em si mesma.

(ii) Foco nas interações e nas práticas sociais/especificidade histórica e cultural - Neste referencial, as concepções acerca do amor são construídas em interação, resultando de algo partilhado numa interação dialética. Assim, o amor não existe dentro ou fora dos sujeitos, antes sendo construído “entre” as pessoas. Os próprios sujeitos são socialmente construídos, são produto de discursos históricos e culturalmente construídos, não podendo ser compreendidos sem considerar o sistema social, histórico, cultural e político onde se inserem. A experiência humana do amor e das relações está, assim, social, cultural, histórica e politicamente comprometida. Desta forma, numa perspectiva construcionista social, o foco desloca-se da dualidade individual vs. social para a interação e práticas sociais – ao considerar não somente o indivíduo que reconstrói em si, e para si próprio, o amor e a intimidade mas também, e principalmente, ao considerar a análise crítica de um conjunto de discursos e categorizações sociais que constroem e dão forma à experiência do amor e das relações de intimidade.

(iii) Capacidade crítica e possibilidade de transformação – Ao postular a linguagem como pré-condição para o pensamento e como uma forma de ação social, o construcionismo social potencia a capacidade crítica dos sujeitos e a possibilidade de transformação dos discursos socioculturais que condicionam o amor. Nesta abordagem, as formas e os termos pelos quais as pessoas compreendem o amor e se entendem a si próprios são artefactos sociais, produto de inter-relações entre as pessoas, dotadas de especificidade histórica e cultural. Os indivíduos surgem num mundo onde já existem categorias e mapas conceptuais (concepções sobre o amor, repertórios sobre amor) que são usados pelas pessoas de uma dada cultura (Burr, 1995). Os conceitos sobre o amor, a forma como é classificado ou categorizado são adquiridos pelos indivíduos à medida que desenvolvem o uso da linguagem, sendo assim reproduzidos (e modificados) todos os dias por todos os sujeitos que partilham de uma mesma cultura e linguagem. Assim, quando as pessoas falam umas com as outras sobre as suas relações e o amor, tais relações e o amor estão, nesse próprio ato, a ser construídas, já que a linguagem não é um veículo passivo de emoções ou pensamentos anteriores a si mesma, antes fornece um conjunto de significados partilhados que são veiculados, construídos e reconstruídos permanentemente

no decurso das interações. Desta forma, a linguagem é ação e performance; falar do amor é “fazer” o amor, dar-lhe significado e sentido.

Em suma, são os discursos e práticas sociais que permitem que o amor “exista” da forma como “existe”, que seja sentido da forma como é sentido, que se expresse, violentamente ou não. Nesta lógica, o amor é construído e reconstruído continuamente nas interações, assumindo formas social, cultural e historicamente baseadas. Assumir tal construção social do amor e das relações torna possível a sua reconstrução – os sujeitos podem analisar criticamente as categorias e prescrições socioculturais associadas às construções do amor mais opressoras e assimétricas, reconstruindo o amor, a si próprios e às suas relações de formas mais libertadoras e equitativas.

Esta leitura construcionista social acarreta uma maior responsabilidade social: o amor e as práticas relacionais que lhe estão associadas não podem continuar a ser percebidas como fora da alçada social e remetidas para a esfera meramente individual. Ao assumirmos a construção do amor através dos discursos e práticas socioculturais (das quais os sujeitos surgem como co-construtores ativos), o contexto social e cultural confronta-se com a responsabilidade de proporcionar significados sobre o amor que facilitem a co-construção de discursos e práticas relacionais mais igualitárias, abertas, livres e não violentas.

Nota

- * Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), Portugal, 2006: Bolsa SFRH/BD/28753/2006 e Projeto “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade” (PTDC/PSI/65852/2006).

Referências

- Allison, C. J., Bartholomew, K., Maysseless, O., & Dutton, D. G. (2008). Love as a battlefield: Attachment and relationship dynamics in couples identified for male partner violence. *Journal of Family Issues, 29*, 125-150.
- Anderson, K. L. (2005). Theorizing gender in intimate partner violence research. *Sex Roles, 52*(11-12), 853-865.
- Berscheid, E. (2006). Searching for the meaning of “love”. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 171-183). London: Yale University Press.
- Black, B., Tolaman, R., Callahan, M., Saunders, D., & Weisz, A. (2008). When will adolescents tell someone about dating violence victimization? *Violence Against Women, 14*, 541-558.
- Bookwala (2002). The role of own and perceived partner attachment in relationship aggression. *Journal of Interpersonal Violence, 17*, 84-100.
- Borochowitz, D. Y. (2008). The taming of the Shrew: Batterres’ constructions of their wives’ narratives. *Violence Against Women, 14*, 1166-1180.

- Borochowitz, D. Y. & Eisikovits, Z. (2002). To love violently: Strategies for reconciling love and violence. *Violence Against Women*, 8, 476-494.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Vol. 2. Separation, anxiety and anger*. New York: Basic Books.
- Burr, V. (1995). *An introduction to social constructionism*. London: Routledge.
- Buss, D. M. (2006). The evolution of love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 65-86). London: Yale University Press.
- Chung, D. (2005). Violence, control, romance and gender equality: Young women and heterosexual relationships. *Women's Studies International Forum*, 28, 445-455.
- Fehr, B. (2006). A prototype approach to studying love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 225-246). London: Yale University Press.
- Gergen, K. J. (1999). *An invitation to social construction*. London: Sage.
- Guba, E. & Lincoln, Y. (1989). *Fourth generation evaluation*. California: Sage Publications.
- Hatfield, E. & Rapson, B. L. (2005). *Love and sex: Cross cultural perspectives*. Oxford: University Press of America, Inc.
- Hendrick, C. & Hendrick, S. S. (2006). Styles of romantic love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 149-170). London: Yale University Press.
- Jackson, S. (1993). Even sociologists fall in love: An exploration in the sociology of emotions. *Sociology*, 27, 201-220.
- Kenrick, D. T. (2006). A dynamical evolutionary view of love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 15-34). London: Yale University Press.
- Lee, J. (1973). *The colors of love: An exploration of the ways of loving*. Don Mills, Ontario, Canada: New Press.
- Lieberman, D. & Hatfield, H. (2006). Passionate love: Cross-cultural and evolutionary. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 274-297). London: Yale University Press.
- Lyotard, J. F. (1989). *A condição pós-moderna* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Munk, B. D. (2004). Free choice, modern love, and dependence: Marriage of minors and rapt de seduction in the Austrian Netherlands. *Journal of Family History*, 29, 183-205.
- Perilla, J. L. (1999). Domestic violence as a human rights issue: The case of immigrant Latinos. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 21, 107-133.
- Raskin, J. D. & Neimeyer, R. A. (2007). Coherent constructivism, a responde to Mackay. *Theory & Psychology*, 13, 3, 397-409.
- Riggs, D. S. & O'Leary, K. D. (1989). A theoretical model of courtship aggression. In M. A. Pirog-Good & J. E. Stets (Eds.), *Violence in dating relationships: Emerging social issues* (pp. 53-71). New York: Praeger.
- Schmitt, D. P. (2006). Evolutionary and cross cultural perspectives on love: The influence of gender, personality, and local ecology on emotional investment in romantic relationships. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 249-273). London: Yale University Press.
- Spitzberg, B. & Cupach, W. (2007). The state of the art of stalking: Taking stock of the emerging literature. *Agression and Violent Behavior*, 12, 64-86.
- Sternberg, R. J. (1998). *Love is a story: A new theory of relationships*. Oxford: Oxford University Press.
- Sternberg, R. J. (2006). A duplex theory of love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 184-199). London: Yale University Press.
- Torres, A. C. (2001). *Sociologia do casamento: A família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editora.
- Towns, A. & Adams, P. (2000). "If I really loved him enough, he would be okay": Women's accounts of male partner violence. *Violence Against Women*, 6, 558-585.
- Vandello, J. A. & Cohen, D. (2003). Male honor and female fidelity: Implicit cultural scripts that perpetuate domestic violence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, 997-1010.
- Wang, X. & Ho, S. (2007). My sassy girl: A qualitative study of women's aggression in dating relationships in Beijing. *Journal of Interpersonal Violence*, 22, 623-638.
- Weis, K. (2006). Introduction. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 1-11). London: Yale University Press.
- Wood, J. T. (2001). The normalization of violence in heterosexual romantic relationships: Women's narratives of love and violence. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18, 239-261.

Recebido em: 10/05/2010

Revisão em: 08/07/2010

Aceite em: 29/07/2010

Ana Rita Conde Dias é Mestre em Psicologia, doutoranda na Universidade do Minho em Psicologia da Justiça. Investigadora na área da violência familiar e da violência nas relações de intimidade. Endereço: Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710. Braga, Portugal. Email: ritaconedias@gmail.com

Carla Machado é Doutorada em Psicologia pela Universidade do Minho, na especialidade de Psicologia da Justiça. É Professora Auxiliar nesta Universidade e coordenadora do Mestrado Integrado em Psicologia da Justiça. Email: cmachado@psi.uminho.pt

Como citar:

Dias, A. R. C. & Machado, C. (2011). Amor e violência na intimidade: da essência à construção social. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 496-505.